



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 1725/1970

Ementa

LEGALIZA RECUO DAS CONSTRUÇÕES EM RUAS DO SETOR PREDOMINANTEMENTE COMERCIAL.

Data da Norma

04/08/1970

Data de Publicação

20/09/1970

Veículo de Publicação

Novo Diário de Jundiaí

Matéria Legislativa

[Projeto de Lei n° 2430/1970](#) - Autoria: Prefeito Municipal

Status de Vigência

Revogada

Observações

Aprovação Tácita

Autor: WALMOR BARBOSA MARTINS (PREFEITO MUNICIPAL)

Histórico de Alterações

Data da Norma

Norma Relacionada

Efeito da Norma Relacionada

23/10/1972

[Lei n° 1940/1972](#)

Revogada por

20/08/1973

[Lei n° 2002/1973](#)

Alterada por

19/09/1974

[Lei n° 2075/1974](#)

Alterada por

14/08/1981

[Lei n° 2507/1981](#)

Revogada por

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1725, DE 17 DE SETEMBRO DE 1970

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, -
nos termos do § 1º do artigo 26, do De-
creto-Lei Complementar nº 9, de 31 de
dezembro de 1969, PROMULGA a seguinte
Lei: -----

Art. 1º - Todo prédio a ser edificado nas ruas --
Barão de Jundiaí e Rosário, no trecho compreendido pelo setor
predominantemente comercial a que se refere o Plano Diretor -
Físico Territorial do Município, quando em terreno cuja fren-
te seja inferior à largura da via pública, poderá ter, na pa-
te térrea, e mediante prévia autorização dos órgãos competen-
tes do Município, um fechamento provisório no alinhamento -
frontal, desde que/observe as seguintes condições:

a) - o painel de fechamento deverá ser totalmente
vazado ou transparente e de fácil remoção;

b) - os materiais empregados em tal fechamento de-
verão ser adequados, bem acabados e constituídos de perfil me-
tálicos, com ou sem vidro;

c) as paredes construídas nas divisas, ou seja, -
seccionando temporariamente as galerias projetadas, servirão
apenas para a aplicação de revestimento, não tendo, em hipóte-
se alguma, instalações ou estruturas embutidas;

d) - o revestimento do piso, também provisório, -
deverá ser feito prevendo o nível futuro da galeria que será
igual ao do passeio.

Art. 2º - A autorização para execução do fechamen-
to provisório será cancelada, sem que caiba ao proprietário -
ou interessado que dela se utiliza, qualquer reclamação ou in-
denização, quando:

a) - ao lado da primeira construção fôr aprovada
outra, ou mais, de forma que a soma das frentes ultrapasse a
medida de largura da via pública;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 2 -
(Lei nº 1725)

pública;

b) - por interesse público, a Municipalidade entender necessária a remoção do fechamento.


§ 1º - Por medida de largura da via pública, entende-se o leito e passeios públicos, sem considerar a futura galeria projetada.

§ 2º - Em ambos os casos a que se refere o "caput" do artigo, a Municipalidade notificará o proprietário, dando-lhe um prazo máximo, improrrogável, de até 90 (noventa) dias, para proceder a remoção.


Art. 3º - No ato de obtenção da autorização para execução do fechamento provisório, o proprietário assinará - termo de compromisso, no qual declarará ter pleno conhecimento da futura galeria projetada, das condições precárias da autorização, bem como de que cumprirá integralmente o que fôr determinado pelos órgãos competentes do Município e que nenhum direito terá, seja a que título fôr, quando se tornar necessária e concretizar-se a remoção do fechamento provisório.

Art. 4º - O benefício concedido pela presente lei não é aplicável aos terrenos de esquina.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.


(WALMOR BARBOSA MARTINS)
- Prefeito Municipal -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta.


(MÁRIO PEREIRA LOPES)
Diretor Administrativo

vb